

**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do Concelho de Figueira
Castelo Rodrigo, realizada no dia vinte e
cinco de novembro de dois mil e
dezasseis**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis pelas dezasseis horas, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia Municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - José Maria Quadrado Tondela;-----

----- - Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada;-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação do Deputado Municipal, José Maria Quadrado Tondela por razões de saúde.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Há alguém do público que se queira pronunciar? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."-----

-----**2. Período Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou dar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vou mais uma vez falar na Comemoração dos 40 anos de Poder Local Democrático, dizer que começámos esta semana a distribuir a todos os eleitos desde dezembro de 1976 o convite à sua participação nas comemorações, e junto com esse convite vai uma ficha a que chamámos de "Perfil de Autarca" para podermos recolher alguns dados, isto porque do levantamento que foi feito pelo Arquivo, na pessoa do

Dr. Nuno Seixas, a quem eu publicamente quero agradecer, e naturalmente às Juntas de Freguesia que colaboraram e tem estado a colaborar, a disponibilidade que manifestaram em fazer esse levantamento. Gostávamos de recolher o nome completo dos autarcas, a naturalidade, se possível, sendo vivos, contactos telefónicos ou outros que haja, datas de nascimento, datas de falecimento, no caso de ser representado por uma viúva ou viúvo ou um representante legal, o estado civil à data em que foi autarca, a profissão e habilitações académicas. Relativamente aos mandatos que desempenharam nas Assembleias e Juntas de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal não se preocupem que esse levantamento foi feito e nós preenchemos depois esses campos. Pedíamos era que nos enviassem sendo possível, uma fotografia tipo passe ou então um scanner que pudessem enviar para os contactos que vão na carta/convite à participação, e depois que fizessem alguma descrição sobre o tempo em que foram autarcas, isto é, «no meu tempo fez-se isto na minha Freguesia, ou quando era Membro da Assembleia Municipal foi aprovado isto com relevância para o concelho». Pedíamos essas informações por forma a que a Câmara Municipal possa criar uma base de dados ou um registo, e ficar um registo gráfico/impresso de todas as pessoas que deram a cara pela causa pública no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Naturalmente que solicitamos a colaboração de todos, pois que nalgumas Assembleias de Freguesia não estão a totalidade dos membros ou porque tomaram posse mais tarde, nalgumas Juntas não havia Atas de Posse, noutras os nomes das Atas de Posse não conferem com os registos que constam na Câmara Municipal. Portanto pedimos a compreensão e a colaboração, dentro do possível, de todos nós, que hoje aqui estamos: aos que estão nas Assembleias e Juntas de Freguesia atualmente e aqui na Assembleia Municipal e Câmara, de forma a que possamos conseguir um trabalho potenciado ao máximo, se pode dizer assim, ou seja, com o maior número de registos e de informações sobre os Autarcas que desempenharam funções neste nosso concelho. Provavelmente depois deste levantamento, poderemos passar a publicar na página do Município, por mandatos, as pessoas que foram eleitas, e se tivermos o cuidado de consultar, pois às vezes pode faltar alguém, para que possamos fazer chegar o convite e a recolha depois da informação. Pedia então a colaboração e a compreensão de todos, porque achamos que isto é de interesse para o concelho, pois amanhã os meus netos consultam o documento informático ou historiográfico e dizem, olha o meu avô na Junta de Freguesia fez isto, fizeram esta obra quando ele era Presidente da Junta ou Membro da Assembleia de Freguesia, por forma a que possamos complementar este trabalho com estas informações. Como estou a dizer, relativamente aos campos dos mandatos, no Primeiro Mandato, Câmara, Assembleia Municipal, Junta e Assembleia de Freguesia nós temos esses registos, pois foi a primeira triagem que fizemos, agora a dificuldade é chegarmos a todos, é que de algumas pessoas não temos morada, naqueles que temos moradas não temos o número de porta, daí que haja alguma dificuldade em enviarmos por via postal porque os Correios podem vir a devolver, mas aqui em Figueira de Castelo Rodrigo tive a colaboração do Senhor Pereira, em que já entregámos cerca de cento e cinquenta cartas em mão ou na caixa do correio, mas não estamos com isto a tirar o serviço aos CTT - Correios de Portugal. Então era só isto. Muito obrigado pela atenção."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. Eu só queria registar a importância deste evento que irá

acontecer no dia dez de dezembro. É evidente que vamos ter uma comemoração a nível nacional, como sabem a Associação Nacional de Municípios Portugueses, está a fazer também um evento como tema dos 40 Anos do Poder Local, em que vão estar presentes todas as figuras institucionais, tais como o Primeiro-Ministro, o Presidente da República entre outras, mas para nós em Figueira de Castelo Rodrigo é importante afirmarmos este momento importante do Poder Local, até para homenagear todos aqueles que de alguma maneira se dedicam ou dedicaram a este concelho, pois há a tentação nos tempos que correm que são tempos como um autor francês falava, da civilização do ligeiro, e esta civilização em que vivemos nós devemos combater-la, afirmando a importância que é a dedicação ao serviço e à causa pública, e os eleitos do Poder Local são o exemplo do que é dedicar-se à causa pública e merecem uma homenagem, merecem que as pessoas reconheçam aquilo que fazem, aquilo a que se dedicam, o esforço que fazem para resolver problemas, porque a arte de governar e os eleitos que governam tem que resolver problemas, seja o problema mais pequeno ou seja um problema maior de conceber uma forma de desenvolver um território, e por isso é de justiça fazermos este evento no dia nove e dez de dezembro, e temos que nos envolver todos e prestar esta informação, pois o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva tem-se dedicado muitas horas a isto, ajudarmos para que tenhamos um maior quórum possível de eleitos e das pessoas que se dedicaram ao território e homenageá-los nesse momento.”-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “Para complementar a informação na carta que já receberam ou que irão receber, vai um folheto com um programa que se associou a este evento, que é uma peça de teatro denominada «PREC no Prato», a qual tem a ver com o momento revolucionário à data de 1975, e essa peça, o Processo Recreativo em Curso tem a ver com outra situação também, pois uma das personagens desta peça de teatro é daqui do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que seria um agricultor ou um pastor que foi chamado para a tropa em janeiro de 1976, que já tinha família e há uma troca de correspondência entre ele e a mulher, e essa correspondência vai ser divulgada naturalmente com as ressalvas porque é uma personagem, não deixa de ser, mas tem a ver com factos reais aqui do nosso concelho, isto no dia nove de dezembro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão dos Desportos, e no dia dez após a Homenagem aos Autarcas do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, haverá um Espetáculo Musical «Zeca Afonso e outros amigos».”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Muito obrigado. Mais intervenções neste período de antes da ordem do dia? Não havendo vamos prosseguir com a ordem de trabalhos.”-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Não houve nada de relevante.”-----

-----**3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito boa tarde a todos. Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, sejam bem-vindos. Vamos dar então aqui início a esta sessão da assembleia municipal, precisamente com a Informação do Presidente da Câmara não só sobre a situação financeira do Município, mas também aquilo que tem sido a sua atividade municipal. Começaria por falar nas várias reuniões que o Município tem tido e eu na qualidade de Presidente da Câmara tenho comparecido, concretamente: «-----
----- - No Workshop "Internacionalização e Apoios às Empresas";-----
----- - As reuniões na Raia Histórica e nas Aldeias Históricas;-----
----- - Foi feita a Comemoração do Dia do Professor;-----
----- - Realização da 1ª edição do Festival das Sopas e das Migas;-----
----- - Foi efetuada uma Reunião com a Adega Cooperativa para consolidar alguma cooperação e tentar apoiá-la no desenvolvimento das suas atividades;-----
----- - Assinatura das Atas de Fronteira, havendo aqui uma cooperação transfronteiriça com os nossos concidadãos espanhóis;-----
----- - Também a nível da CIM - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, houve a realização da reunião da Plataforma Supra Concelhia da Beira Interior Norte e Serra da Estrela;-----
----- - Houve igualmente uma reunião da Direção das Aldeias Históricas;-----
----- - Realizou-se na Régua uma reunião sobre o Pano Estratégico da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;-----
----- - Apresentação de alguns Projetos Sociais, designadamente da Academia Sénior e da Cegonha Móbil;-----
----- - Participação da 3.ª edição do Festival do Borrego da Marofa;-----
----- - Também não posso deixar de referenciar aqui a visita dos Deputados da Assembleia da República na passada segunda-feira ao nosso concelho, isto integrados no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que tivemos a oportunidade de visitar vários pontos estratégicos, e eu aqui vou só detalhar um pouco porque acho que é importante referenciar e até mesmo para o público ter conhecimento, de que houve várias visitas de acompanhamento, para dar nota aos Senhores Deputados de alguns dos nossos anseios e preocupações que temos no concelho, concretamente estamos a falar de Barca de Alva e do facto do Cais começar a ser exíguo para as solicitações e fluxo de navios que vem vindo aqui ao concelho, mas também para a questão da recuperação da estação de caminhos-de-ferro, em que é importante dar ali alguma vitalidade, renovação e requalificação daquele espaço. A par disto fizemos também uma visita ao Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, dando-lhes nota da preocupação não só da falta de médicos, mas também verificar de algumas das inconformidades que se encontram naquele espaço, mais especificamente a falta de acessibilidades e de uma cobertura no acesso às urgências, bem como o facto de não termos uma morgue no Centro de Saúde, a questão da sala de esterilização, enfim todo um conjunto de preocupações que tivemos a oportunidade de transmitir aos Senhores Deputados, para que eles

naturalmente também exerçam a sua influência e sensibilidade junto do Governo para estas questões prementes. Também foi feita e não poderíamos deixar de o fazer, a visita à nossa Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo para que também se inteirassem da notável requalificação que tem merecido, e o facto de haver a necessidade da sua dinamização. De seguida fizemos uma visita ao Convento de Santa Maria de Aguiar, e depois de regresso na Câmara Municipal tivemos a oportunidade de fazer uma exposição com dados estatísticos concretos do Município, e também dar-lhes conhecimento de algumas das nossas preocupações que estão vertidas naquela apresentação, e que já tivemos oportunidade de remeter para o chefe da equipa que liderava aquele grupo que visitou o concelho, porque assim nos foi solicitado, para que efetivamente pudessem intervir nalgumas situações. Frisar também aqui a importância que foi da visita deste Grupo Parlamentar, mas convém dizer que estamos abertos à receção de Grupos Parlamentares de outros Partidos Políticos como é óbvio, porque por acaso foi o do Partido Socialista que esteve aqui de visita, mas se outros Grupos Parlamentares também se disponibilizarem e assim entenderem visitar o concelho também serão devidamente recebidos, porque penso que acima de tudo estão os interesses do concelho e a salvaguarda e os anseios das nossas populações;-----

----- - Também dar-lhes nota, de que ontem tivemos uma reunião nos CTT- Correios de Portugal a nível central, por causa da preocupação que foi aqui manifestada pelo Senhor Deputado José Santos na última sessão, uma vez que efetivamente ficámos preocupados com aquela hipótese do encerramento da Loja dos CTT em Figueira de Castelo Rodrigo, e para nossa tranquilidade a Senhora Doutora Ana Jordão que faz parte do órgão executivo, recebeu-nos e tranquilizou-nos dizendo para não termos receio do encerramento, porque não tem qualquer indicação nesse sentido para já, e que não devemos ter qualquer receio relativamente ao fecho da Loja, e muito menos da transformação da Loja em Posto dos CTT, e portanto ficámos deveras mais tranquilos, contudo acordámos de que faríamos chegar um Memorando com as preocupações e aquilo que lá fomos transmitir, e naturalmente que se tiver na posse de alguns elementos adicionais que possam ser necessários indicar e que levou à exposição que fez, também agradecemos que nos fizesse chegar o mais breve possível, porque nós também queremos fazer chegar essa informação o mais rapidamente possível, para que pelo menos fique plasmado a nossa preocupação em relação a este assunto, e que certamente nos responderão, tranquilizando-nos de que não existe para já qualquer intenção do encerramento da Loja CTT em Figueira de Castelo Rodrigo.»-----

-----No que respeita à Situação Financeira do Município, dizer-lhes que em termos de disponibilidades o Município, a 15/11/2016 tinha 667.668,58 euros (seiscentos e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos). Relativamente ao endividamento de médio e de longo-prazo mantém-se estável como tínhamos vindo a salvaguardar, no entanto o Município continua a fazer as suas amortizações dos empréstimos de forma regular e constante, conforme podem ver no quadro apresentado.-----

Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos).

	Capital em dívida	Encargos pagos até 11 Novembro de 2016	
		Juros	Amortização
Empréstimos de longo prazo	2.468.798,73 €	20.641,22 €	244.416,57 €

Refira-se que os valores apresentados relativamente aos empréstimos dizem respeito ao valor em dívida na data mencionada. Da mesma forma, os valores pagos relativos a juros e amortização respeitam ao ano corrente.

-----No que respeita às dívidas de curto prazo temos:-----

Dívidas de curto prazo (empreiteiros e fornecedores)

Fornecedores em geral	92.966,13 €
Águas do Zêzere e Côa, S.A.*	340.316,72 €
Empreiteiros	13.768,05 €
TOTAL	447.050,90 €

*Restante, no valor de 891.063,36 € em plano de pagamentos para anos seguintes

Cabe ainda referir a existência de uma dívida à Águas do Zêzere e Coa, SA/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, no montante de 1.002.861,76 €, registada em provisões

-----Em termos de execução orçamental, penso que a situação também está bastante favorável e estável, pois em termos globais o total de receitas a execução é de 72,34%, e o total de execução em termos de despesas é de 66,52%. Cabe por último informar que em termos dos Fundos Disponíveis temos a 15/11/2016, um total de 569.101,82 euros (quinhentos e sessenta e nove mil cento e um euros e oitenta e dois cêntimos)."

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Não sei se alguém se quer pronunciar? Faça o favor de intervir, Senhor Deputado Luís Pereira."

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Boa tarde. Senhor Presidente da Câmara, Digníssima Mesa, colegas Deputados e público presente. Analisando aqui os valores da dívida, entendo que os montantes que surgem relativos a dívida registada às Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo deviam ser consolidados no quadro da dívida, porque não obstante ser uma dívida do Município surgem aqui de fora e são 2.000.000,00 euros (dois milhões de euros), de grosso modo que

aparecem despernados fora dos quadros e que deviam ser incluídos. Pergunto também ao Senhor Presidente da Câmara, se existe dívida por registar das Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo que não esteja aqui presente, uma vez que em informações anteriores surgia a comunicação de que havia faturação que não reconhecia ou não registada. Queria aproveitar também para felicitar a Mesa por mais uma das iniciativas que se propõem realizar, nomeadamente esta de comemorar em Figueira de Castelo Rodrigo os 40 Anos do Poder Local, pois é talvez o poder mais democrático que existe no País, uma grande conquista de abril, sendo digamos, de todo merecido para quem já desempenhou funções públicas a nível Local ser homenageado e reconhecido pelos seus concidadãos, principalmente o povo de Figueira de Castelo Rodrigo, que é para o qual as pessoas que exercem as funções estão adstritas a defender. Queria também felicitar a Câmara e a Assembleia Municipal pela recente receção ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizer que transpareceu que seria uma honraria receber os Senhores Deputados mas é exatamente o contrário, pois eles é que tem o dever e a obrigação política e cívica de nos visitarem e reconhecer no território as debilidades e os desafios que existem, e nesse sentido e como disse muito bem o Senhor Presidente da Câmara, porque não receber os outros Grupos Parlamentares também, e porque não fazer uma força e trazer quem tem poder executivo que é o Governo, esse sim é que devia deslocar-se ao território e estar presente para tentar saber das nossas debilidades. Queria também perguntar ao Senhor Presidente, como é que está a situação do alargamento do Cais da Barca de Alva, que era um projeto que a APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo tinha em carteira, supostamente seria para implementar rapidamente e não surge nada nesse sentido. Também perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, que medidas tenciona aplicar uma vez que já está quase em final de mandato, para mitigar um Pacto do Aparcamento dos Barcos em Barca de Alva, que continua a ser muito nefasto para as pessoas e residentes que veem os barcos deixar os seus resíduos e a consumir água pública, pois eu já assisti várias vezes a situações que até configuram crime, que passa por retirarem água das bocas-de-incêndio para lavarem os barcos, água potável, e depois a população fica sem água para consumo próprio. Como é que o Senhor Presidente da Câmara tenciona alterar essa situação? Aproveitar também como é que está a situação dos Lacticínios da Marofa, uma vez que ficou de diligenciar junto das entidades envolvidas, e desde essa altura não houve o devido reporte à Assembleia Municipal. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais intervenções? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Santos."-----

----- **José Barreira dos Santos, Deputado Municipal:** "Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Público em geral. Não me vou alongar muito, porque parte daquilo que eu queria dizer já o meu colega de bancada acabou de o referir, mas não posso deixar passar de dizer, face aquilo que o Senhor Presidente da Câmara nos transmitiu relativamente aos Correios, e perante a intervenção que fiz na última sessão da Assembleia Municipal, que também fico muito mais tranquilo com aquilo que lhe transmitiram os responsáveis pelos CTT- Correios de Portugal, isso é de facto o que lhe quero dizer relativamente a isto. No entanto, devemos de facto continuar atentos, porque as coisas podem às vezes modificar-se sem nós nos apercebermos, mas de qualquer maneira é um descanso muito maior. Então e

acrescentando aqui só mais um pequenino ponto daquilo que o Senhor Deputado Luís Pereira acabou de dizer, principalmente e relativamente à dívida das Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo que eu também tinha anotado, realmente estas anotações aqui ao fim da página e não descritas em cima nos mapas, faz-me lembrar os contratos das operadoras de seguros, das empresas de telecomunicações, dos bancos, enfim, vários contratos que como sabemos tem várias cláusulas em letras miudinhas que nem sequer são lidas pelos interessados, e de maneira que de facto eu somando toda esta dívida às Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, verifico que passa dos 2.000.000,00 euros (dois milhões de euros), mais propriamente 2.234.000,00 euros (dois milhões duzentos e trinta e quatro mil euros). Esta dívida não me deixa de preocupar, e gostava que o Senhor Presidente da Câmara, e eu sei que esta dívida não é da responsabilidade deste executivo, pelo menos a maior parte, mas que me esclarecesse como é que se chegou a esta situação? Esta dívida com certeza é para ser paga? Este montante leva-me a pensar que estaremos num Município, mais o empréstimo que temos também e já agora falo nisso, leva-me a pensar e a interrogar-me se estamos num Município com viabilidade económica e financeira, ou se estamos num Município falido? Sinceramente isto a mim preocupa-me bastante, apesar de saber que a responsabilidade não é toda deste executivo, mas como eu me preocupo gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse um bocadinho, e de certeza que as dúvidas são partilhadas por muito dos presentes, e isso ajudava-nos, uma explicação. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado José Mano. Faça o favor de intervir."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Boa tarde a todos. Em relação aqui a esta dívida, realmente a preocupação não é de agora como diz o Senhor Deputado José Santos, e bem dito, mas eu gostava que o Senhor Presidente efetivamente nos esclarecesse, se este executivo já abateu a esta dívida ou se pelo contrário a aumentou, que era para ficarmos esclarecidos, realmente se é uma dívida que já vem de trás, ou se é uma dívida que ao vir de trás ainda foi aumentada ou diminuída por este executivo. Agradecia que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse sobre esta situação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou passar a palavra à Senhora Deputada Maria João André."-----

----- **Maria João Almeida André, Deputada Municipal:** "Boa tarde a todos. Não tenho feito intervenções, mas de alguma forma acho isto um pouco estranho, visto que este é o meu segundo mandato, e tenho pena de não ter aqui documentação do anterior mandato para comparar documentação, isto é, esta dívida das Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que eu saiba e daquilo que me lembro vinha sempre à parte e distinta de tudo o resto, porque é uma dívida grande, é uma dívida que já vem de há muito e que não é de agora, é uma dívida que nunca foi resolvida foi sempre levada aos bocadinhos, e não sei qual é o espanto agora de algumas pessoas sobre esta questão desta dívida, e parece-me que já vem do anterior de há muito, a forma como tem vindo a ser explicada e exposta. Em relação a outras questões também gostava aqui de salientar, pois é sempre vindo ao de cima pontos críticos, mas acho que é importante também falar de coisas positivas, e gostava de deixar aqui público que tenho visto de bom-tom e com saldo positivo, a questão de olharem para as pessoas e de fazerem

não obra pública grande aos olhos para ficar fechada, mas sim as intervenções sociais que tem vindo a ser feitas, isto porque as obras estão realizadas e acho que já toda a gente percebeu que não precisamos de muitas mais obras grandes, porque não são usadas ou estão fechadas e gasta-se muito dinheiro, e o dinheiro está a ser gasto para as pessoas usarem, gasto para as pessoas terem melhor qualidade de vida, gasto para não termos que nos deslocar a outros sítios para termos acesso a eventos sociais, culturais, entre outros. Por isso acho que estão de parabéns em continuar a apostar nas pessoas, como por exemplo nos eventos da Academia Sénior a apostar nos idosos, nos eventos da saúde do Cartão de Saúde, nas questões culturais de trazer música clássica, e espero que continue a apostar também no teatro, o cinema que voltámos a ter e que não temos que nos deslocar à Guarda ou a Viseu para assistir a um filme, que no anterior executivo deixámos de ter e que voltámos agora a ter de quinze em quinze dias, mas pelo menos já temos cinema tanto para adultos como para crianças, e por isso eu julgo que esta aposta nas pessoas é importante, e as obras de grande valor se calhar tem de começar a parar. Outro elogio que eu tenho que dar a este executivo é o uso do Pavilhão Multi-Usos, sendo Multi-Usos mesmo, isto porque antes não era usado e estava praticamente fechado e só era utilizado para a prática de desporto e agora não, pois agora é utilizado para todos os eventos, é mesmo Multi-Usos, colocando-se aquilo que se tiver que se colocar para se preservar, mas está a ser usado para o fim que te que ter, e por isso muitos parabéns, e acho que sim que devem esclarecer tudo o que tem estado a fazer, para que estas tentativas de derrubar aquilo que é bem feito irem terminando e terem um fim. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhora Deputada. Mais intervenções? Dava a palavra ao Senhor Presidente para algum esclarecimento."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Relativamente à questão das Águas, pese embora que isto seja de facto uma dívida que vem do anterior executivo, e uma dívida avultada, mas posso aqui dizer com toda a frontalidade e clareza que este executivo tem vindo a pagar as dívidas às Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Ao contrário do que acontecia antes, entre dois mil e quinze e dois mil e dezasseis este executivo tem vindo a pagar sistematicamente a dívida e as faturas desta Empresa. Mais, porque isto é bom que se diga, não estavam provisionadas o valor em dívida anterior, aliás este executivo quando praticamente passado uns meses de tomar posse foi alvo quase de uma penhora de bens, por causa das Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que nos obrigou a selar dois Acordos de Pagamento com esta Empresa, sob pena de nos penhorarem efetivamente alguns bens do próprio Município. Estamos a cumprir religiosamente o pagamento desses contratos, ou seja, desses acordos de pagamento com as Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e posso-lhes dizer que este executivo já pagou seguramente mais de meio milhão de euros. Como sabem, também há um litígio que está a decorrer em termos de Tribunal Arbitral relativamente a este assunto, e que está decidido e acordado no âmbito da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, em que os Municípios se comprometeram a não pagar algumas das verbas que estão em dívida porque são avultadas, pois entendemos que há ali uma injustiça quanto a 20% do valor do saneamento por causa das águas pluviais, mas isso é um processo judicial que está a decorrer, e não podemos avançar aqui à margem daquilo que são os acordos que estão estabelecidos entre os vários autarcas relativamente a este assunto. Efetivamente, eu

particularmente no âmbito da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tenho vindo a levantar a questão do pagamento das águas porque causa constrangimentos aos Municípios, pois ao nosso causa-nos constrangimentos ao nível do prazo médio de pagamentos, uma vez que o facto de ter dívida provisionada mas que ainda não está registada verdadeiramente, está-nos aqui a elevar o prazo médio de pagamentos, que neste momento saiu no Anuário Estatístico dos Municípios é que o nosso prazo médio é de noventa e quatro dias, mas na realidade esse prazo não é de noventa e quatro dias, porque as dívidas aos fornecedores estão a ser pagas entre os trinta e os quarenta e cinco dias, e portanto o nosso prazo médio real provavelmente em média será de quarenta e cinco dias, o problema é a questão da dívida aqui existente às Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e portanto está-nos aqui a prejudicar, e eu em termos de CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela já tive a oportunidade de me manifestar relativamente ao assunto, e dizer que é urgente que os Municípios comecem a solucionar este problema, sob pena de virmos a ser todos penalizados futuramente, pois a dívida existe, as situações no tribunal vão-se arrastando naturalmente prejudicando o Município, e eu em particular tenho sido um acérrimo defensor do pagamento destas dívidas o mais breve possível, mas não é o entendimento dos restantes autarcas e nós temos que nos respeitar uns aos outros e colaborar, mas eu penso que o assunto está a ser tratado e encaminhado, e julgo que as coisas brevemente serão resolvidas ou pelo menos assim o espero, pois eu já o manifestei isso, da necessidade de resolução imediata ou mais breve possível desta situação, isto relativamente à situação das Águas do Zêzere e Coa/Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Quanto à segunda questão que me foi colocada pelo Senhor Deputado Luís Pereira, que era relativamente à questão do Cais de Barca de Alva, realmente havia essa intenção da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo de se fazer o alargamento do Cais, pois disseram-me e fui informado através da Dra. Raquel Maia, que é uma das suas Diretoras, que estariam a fazer um estudo para o alargamento do Cais. Na verdade, é que já lá vão desde que ela cá esteve seguramente três quatro meses sensivelmente, e não se vê o andamento da situação nem qualquer resolução relativamente a esse problema. O Senhor Deputado referenciou aí um aspeto importante e ainda bem que o descortinou, porque é uma situação que tem vindo a ser também manifestada em várias outras reuniões, quanto aos lixos que os barcos vão deixando e relativamente aos transtornos e constrangimentos que isso causa até aos próprio serviços em termos de recolha de lixo, mas posso-lhes dizer que em breve teremos novidades em relação a esse assunto, e seguramente que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também falará nessa situação, porque já temos em curso e em estudo um Regulamento para a aplicação de Taxas Municipais em termos da utilização do Cais, e portanto isso será digamos para breve apresentado, e seguramente que não demorará muito pois creio que até ao final do ano isso estará concluído, e portanto teremos novidades relativamente a esse assunto, pois essa questão é de facto preocupante, preocupa-nos a todos, estamos a trabalhar no assunto e certamente que teremos uma solução para apresentar em breve. Relativamente aos Lacticínios da Marofa e de como estão as negociações estas estão a correr, mas é importante frisar que o Município tudo fez e fará para conseguir captar investimento para o concelho, e tudo fez no que respeita à “INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A.”, para estabelecer as diligências necessárias para se chegar aqui a um acordo quanto à instalação da fábrica no

concelho, mas depois há um segundo momento em que estas negociações decorrem entre duas entidades, que é a Caixa Geral de Depósitos e a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A.", e portanto eu sei e posso informar que as negociações estão a decorrer com a Caixa Geral de Depósitos, pois estamos a falar de valores avultados e há sempre risco aqui associado, e como há risco associado as pessoas tem que ponderar e analisar bem os negócios assim como escrutinar todas as possibilidades para que não haja falhas, mas neste momento a responsabilidade já não está no Município, porque daquilo que depende do Município este tem tudo acordado e planeado, e já agora é importante que se refira isso, pois o Município não adquirirá a ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, uma vez que essa compra está dependente da concretização do negócio entre a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A." e a Caixa Geral de Depósitos, e portanto o Município não vai despende um cêntimo enquanto esse acordo não for concretizado, pois é importante também salientar isso, porque eu tenho conhecimento de que há dúvidas, e que paira no ar a ideia de que o Município já comprou a ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais e que já gastou 200.000,00 euros (duzentos mil euros), e que agora não há negócio da "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A." nem haverá a abertura da fábrica dos Laticínios, mas isso não é verdade, e é importante que se refira que o Município não gastou um cêntimo com esta situação ainda, porque ela está dependente da concretização do negócio entre a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A." e a Caixa Geral de Depósitos, pois ainda ontem tivemos contactos quer com a Caixa Geral de Depósitos quer com o próprio investidor, no sentido de tentarmos perceber qual é ponto das negociações, mas mais não poderemos aqui estar a revelar, porque isso depende da negociação entre a Caixa Geral de Depósitos e a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Em relação a isto da "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A." só quero deixar dois registos ou três, até porque tenho presenciado e protagonizado algumas situações que merecem aqui destaque. A primeira situação é que não nos podemos esquecer que isto é um negócio privado, isto é, as negociações são entre a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A.", um potencial investidor, e a Caixa Geral de Depósitos, dono do edificado que está na Zona Industrial, e estas negociações estão a decorrer, mas convém registar que o Senhor Presidente e a equipa dele têm várias vezes deslocando-se a Lisboa, e algumas das reuniões até tem sido feitas no meu escritório, mas de facto tem sido constante esta atividade pró-ativa do Senhor Presidente e da sua equipa para que este negócio se concretize. Este é um ponto, é um negócio privado, mas apesar de ser privado o Município politicamente tem feito saber, tem pressionado para que o negócio se concretize, mas negócio é negócio, e é evidente que eles lá hão de acertar e chegar a bom porto. A segunda questão passa pelo papel do Município nisto, e o seu papel como em qualquer investimento desta natureza é ajudar a cativar o investimento e que este venha para cá, e nessa matéria os passos estão dados e acertados, pois o compromisso político municipal que a câmara fez para este negócio da nossa parte não falhou, não falhou na câmara, não falhou a assembleia, e portanto temos toda a documentação e todo o Protocolo está preparado para que assim que a parte privada se entenda, a parte política tenha tudo preparado para que o negócio se realize. Como disse o Senhor Presidente e bem, tivemos uma reunião ontem em Lisboa e ficámos

convencidos que há interesse de todas as partes que isto se faça, pois achámos o investidor a “INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A.” com muito interesse em investir, mas existem obstáculos que tem de ser ultrapassados, alguns jurídicos, mas manifestou o desejo de concretizar este negócio, e também sentiu da parte do Município, da parte dos poderes políticos a vontade, a determinação, todo um manancial que é possível oferecer neste negócio por parte do Município, e por isso vamos aguardar e eu acho e estamos convencidos que chegaremos a bom porto. É preciso registar que não é por falta de pró-atividade do Senhor Presidente e da sua equipa, há que registar várias vezes por semana, várias semanas se tem deslocado a Lisboa, e temos insistido e movido todas as influências, às vezes até com alguma pedagogia e sacrifício porque parece que estamos a pedinchar, mas como eu costumo dizer, aqui no nosso Interior tudo é difícil, pois é difícil convencê-los, é difícil pressionar, é difícil conseguir, mas isto os homens fortes tem que fazer das fraquezas força, e é isso que está a fazer, porque o Município acha e penso que vocês também todos concordam, que este é um investimento importante para aquilo que é a dinâmica económica deste nosso concelho, mas registo esta atividade e esta pró-atividade do Município na pessoa do Senhor Presidente neste negócio. Mais intervenções nesta matéria? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos.”-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 472/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a União das Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Senhor Presidente pode apresentar-nos então este contrato de colaboração. Tem a palavra.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Como sabem cabe aqui aos Municípios ter aqui um papel importante em tentar apoiar e colaborar dentro das suas possibilidades, quer financeiras quer técnicas com as respetivas Juntas de Freguesia, e portanto existe aqui naturalmente um quadro de corresponsabilização, de cooperação e até de solidariedade para com as Juntas de Freguesia, e portanto ao abrigo desta colaboração, corresponsabilização e sobretudo até colaboração financeira, veio o Centro de Solidariedade Social de Algodres e a União das Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, a solicitar aqui uma participação financeira por causa do Centro de Dia de Vilar de Amargo, obras essas que estão praticamente finalizadas. Como sabem esta obra é importante para Vilar de Amargo, é uma obra que era necessária e que já está à disposição da comunidade e dos fregueses neste caso que já estão a utilizá-lo, e como tal considerámos importante dar aqui uma ajuda às respetivas entidades. Assim sendo, propõem-se então que seja autorizada a celebração do Contrato de Colaboração e de Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a União das Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo e a aprovação da minuta que segue em anexo, e naturalmente submetendo-a ao órgão respetivo, a Assembleia Municipal para o efeito, tudo nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais).”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Há alguma intervenção sobre este ponto? Não havendo vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 482/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal - 2017.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Vamos desagregar, pois temos o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal. Senhor Presidente tem a palavra para apresentar as linhas gerais do Orçamento. Faça o favor de intervir."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Muito obrigado. Relativamente ao Orçamento para 2017, é um instrumento importante naturalmente e que merece toda a apreciação e discussão relativamente ao mesmo. A proposta deste Orçamento para 2017 que hoje temos aqui para discussão cumpre aquilo que são as regras do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, essencialmente as tais premissas do rigor, da transparência e do equilíbrio financeiro. A elaboração deste Orçamento foi aberta à participação e o envolvimento dos Senhores Vereadores da oposição e ainda dos trabalhadores das diversas unidades orgânicas, dos quais recebemos efetivamente informação e contributos importantes que estão vertidos neste Orçamento para apreciação e espelhados. Como sabem a economia portuguesa começa agora a dar alguns sinais de gradual recuperação, isto após um longo período de estagnação e de contenção política e económica, e portanto parece-nos que se afigura hoje aqui outras perspetivas de crescimento económico que nos permitem ser um pouco mais ambiciosos, no que respeita também à elaboração e à execução do Orçamento Municipal para 2017, ao qual acresce aqui o vislumbre da execução de algumas obras ao abrigo dos fundos comunitários, mais concretamente do Portugal 2020, cujos avisos agora paulatinamente tem vindo a ser abertos. Naturalmente de referir aqui que este Município, também teve em consideração algumas das orientações que vão sendo seguidas no âmbito do Orçamento de Estado para 2017, e também há semelhança do que acontece no próprio Orçamento de Estado para 2017 também temos aqui a preocupação social, e nesse sentido temos aqui refletidas algumas das preocupações sociais, isto no que concerne às tais políticas sociais e económicas."-----

-----A saber: «-----

----- - Em primeiro - O alívio da carga fiscal através da redução de taxas e impostos municipais;-----

----- - Em Segundo - A criação de condições para o investimento;-----

----- - Em Terceiro - A promoção da saúde e da qualidade de vida dos nossos munícipes.»-----

Assim na sequência das políticas que tem vindo a ser preconizadas desde o início deste mandato, e em coerência com compromisso que foi assumido aquando do seu sufrágio continuamos a apostar primordialmente nas políticas sociais. Dizer-lhes aqui que comparativamente com o ano 2016, o Orçamento para 2017 foi elaborado integralmente em Grandes Opções do Plano por forma a facilitar a sua gestão política e financeira. Foi ainda revista a estrutura orgânica do Orçamento, passando a existir apenas duas orgânicas, ou seja, a 01 - Assembleia Municipal e a 02 - Câmara Municipal isto visando facilitar também a gestão do Orçamento, evitando a realização de constantes alterações orçamentais como se tem verificado ultimamente. Também dizer aqui que no que atinente à distribuição dos valores do Orçamento por orgânicas, verifica-se que os valores das dotações para a Assembleia Municipal não são expressivas, isto no valor global do Orçamento, mas como estava a dizer, que relativamente ao Orçamento para 2017, ele acompanha e dá continuidade daquilo que era a linha estratégica do

executivo, nomeadamente o foco nas pessoas e no seu bem-estar, isto é, e posso referenciar aqui alguns exemplos, pois na saúde com o Cartão de Saúde Municipal, no apoio aos idosos, desprotegidos e carenciados, no apoio à fixação de pessoas e o incentivo à natalidade, bem como o apoio à iniciativa empresarial privada, isto no auxílio aos agricultores e jovens empresários por exemplo, com a recente aprovação do Regulamento Municipal que ainda está em fase de discussão, mas que será aprovado certamente, o Regulamento Municipal de Apoio ao Setor Agrícola e ao Empreendedorismo «Figueira + Verde» e «Empreende + Figueira», assim como, o Regulamento de Compra e Venda de Terrenos no Loteamento Industrial de Figueira de Castelo Rodrigo, o Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação de Indústrias na Zona Industrial, e também o Regulamento Municipal da Utilização da Incubadora de Oficinas e Indústria, e portanto havendo aqui vários apoios destinados também à iniciativa privada. Ainda e quanto a esta temática, o Município irá em 2017 aliviar a carga fiscal dos seus contribuintes residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, definindo aqui uma política de isenção e de aplicação de taxas mínimas dos impostos diretos no quadro das competências das autarquias, aliás como já sabem para o ano de 2017, está previsto uma aplicação mínima em termos de taxas de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), de 0,3% para os prédios urbanos e de 0,8% para prédios rústicos, pois é isto o mínimo que a Lei nos permite, abdicar na íntegra da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, e a isenção da taxa sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas, estamos aqui a falar da derrama, aos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Figueira de Castelo Rodrigo, e com um volume de negócio que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 euros (centos e cinquenta mil euros), e de 1,5% no caso de ser superior a este valor, mas como calculam apenas grandes multinacionais, bancos e seguradoras é que serão taxados ao abrigo desta situação. O Orçamento para 2017 apresenta um valor global de 12.449.771,00 euros (doze milhões quatrocentos e quarenta e nove mil setecentos e setenta e um euros), e que estão repartidos da seguinte forma: «-----
----- - Em termos de receita corrente, 9.084.74,00 euros (nove milhões oitenta e quatro mil e setenta e quatro euros), em que representa 72% de grosso modo;-----
----- - Em termos de receita de capital, 3.415.697,00 euros (três milhões quatrocentos e quinze mil e seiscentos e noventa e sete euros), em que representam 27%;-----
----- - Em termos de despesa corrente, 8.049.700,00 euros (oito milhões quarenta e nove mil e setecentos euros), que são cerca de 64%;-----
----- - Em termos de despesa de capital, 4.450.71,00 euros (quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil e setenta e um euros), que representa cerca de 35,6%.»-----
-----Portanto esta é a distribuição em termos de receitas e de despesas correntes, porém e falando aqui e enquadrado nas Grandes Opções do Plano para 2017, no Orçamento constata-se que as obras e aquisições estão direcionadas para tentar aproveitar essencialmente os fundos comunitários, concretamente o Portugal 2020 ao máximo, tanto mais que foi tido em consideração aqui alguns eixos que serão objeto de apoio, em que saliento aqui cinco eixos estratégicos, os quais passam pelo caso da regeneração e da requalificação urbana, que tem uma dotação de 650.000,00 euros (seiscentos e cinquenta mil euros), e estamos a falar aqui de saneamento, águas, condutas e da requalificação do

Mercado Municipal, no ensino tem uma remodelação de instalações, que passa pela remodelação das instalações para o Centro Escolar, estamos a falar na remodelação do Centro Náutico para ser convertido em Centro de Ciência Aberta, ou seja, um Observatório de Astronomia, pois tem lá uma dotação de 120.000,00 euros (cento e vinte mil euros), na ação social engloba todo um conjunto de iniciativas e de apetrechamento para lares no valor de 862.250,00 euros (oitocentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta euros), e penso que será o Orçamento que terá a maior dotação destinada à componente social, isto de acordo com aquilo que é a nossa orientação estratégica. No que respeita à cultura também temos aí as dotações espelhadas, e aí integra a construção do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo. No âmbito da eficiência e da otimização energética tanto das Piscinas, bem como do Pavilhão dos Desportos e do Estádio Municipal e iluminação pública temos 665.000,00 euros (seiscentos e sessenta e cinco mil euros), mas parte destes projetos que serão executados implicam investimentos plurianuais, ou seja, vão passar para o ano seguinte e abranger dois exercícios económicos, estamos a falar concretamente do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, do Centro Escolar e eventualmente parte da regeneração urbana, e portanto este investimento está repartido por vários anos. Só para ficarem com uma ideia também, é importante salientar aqui que ao nível da distribuição do Orçamento por tipo de função, constata-se que as funções gerais representam 41% do valor global do Orçamento, sendo 35% relativo às funções sociais e 12% às funções económicas e outras funções, isto é, do bolo da dotação as funções sociais representam 35%. Também dizer aqui que dentro deste valor da Administração Geral, os tais 40%, temos ali englobado o valor dos vencimentos da autarquia bem como despesas gerais, que estão aqui abrangidas. Os restantes em termos de respetivas funções estamos aqui a falar de valores que são consideráveis, pois só para ficarem com uma ideia, só para saneamento, abastecimento de águas e resíduos sólidos urbanos, estamos a falar de um valor de 1.457.000,00 euros (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil euros), e portanto estamos a falar do tal direcionamento para a requalificação e regeneração urbana. Dizer aqui que efetivamente a preocupação deste Orçamento, é continuarmos a cuidar das pessoas e direcionado para elas, mas naturalmente que este ano iremos executar algumas obras as quais são estruturantes a vários níveis, quer para o turismo, quer para a parte da cultura, quer para a dinamização económica do concelho, e é importante referir que também tivemos aqui a preocupação com a segurança e com a criação de condições em termos de acessos para as pessoas, aliás parte de algum investimento já começámos a concretizar, como por exemplo, no que concerne à segurança rodoviária, já começámos a fazer várias intervenções para conseguirmos aqui fazer a requalificação de algumas estradas, acessibilidades e as pinturas horizontais nas estradas regionais. Apresentamos aqui também paralelamente o Mapa de Pessoal para o ano de 2017, que conta com a previsão e a abertura de vários lugares para admissão de trabalhadores, concretamente de engenheiros, informático, bibliotecário, de gestão, de professores de educação física, motoristas, eletricitas, entre outros, porque evidencia aqui a preocupação de resolvermos as situações de algumas avenças que existem no Município, e que assim poderemos corrigir e incorporar as pessoas no efetivo quadro do Município, uma vez que neste momento já temos estes postos de trabalho contemplados no Mapa de Pessoal, há situações que temos que requalificar alguns postos de trabalho que foram digamos agora integrados no Município, porque apesar de já serem postos

de trabalho da autarquia, mas que não estão devidamente enquadrados em termos de categoria profissional, tivemos que os contemplar também neste Mapa de Pessoal, e estou a falar das pessoas que vieram da Empresa Municipal e que tem formação superior mas que estão como Assistentes Técnicos, mas tem que ser requalificados para Técnicos Superiores, só que isso tem que estar previsto também no Quadro de Pessoal, e também para suprir estas debilidades e situações que de facto não nos afiguram corretas. Em suma, eu considero que o Orçamento para 2017, reflete aqui a ambição do executivo na concretização de projetos que sejam estruturantes e relevantes para o futuro do concelho, mas também na manutenção daquilo que é a sua estratégia primordial desde que assumiu funções, que é a vertente de cuidar das pessoas e do respetivo bem-estar e da sua comodidade."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos abrir um período de intervenção. Quem é que se quer pronunciar sobre cada um destes temas? Faça o favor de intervir Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Eu queria dizer que em relação aquilo que disse atrás, de que irá promover concursos para pessoas que estão a avença, espero que não fique gravado em ata porque de certeza que não foi isso que quis dizer. Queria começar a intervenção por dizer que mais uma vez não se coloca em causa o caminho de quem governa, porque quem foi eleito para governar, as maiorias, tem legitimidade democrática para escolher e empreender da forma como entendem ser o caminho correto, mas não posso deixar de estranhar e parece ser apresentado hoje como o Orçamento da inovação, isto é, um Orçamento que altera o paradigma daquilo que vinha sendo traçado, é um Orçamento diferente, é um Orçamento que muda, é um Orçamento que vai para além daquilo que estava a ser implementado nos anos anteriores. Estranho esse paradigma, porque já estamos quase no final de mandato, e este Orçamento devia ser um Orçamento de continuidade e não de encerramento de ciclo, pois não devia ser o Orçamento, mas devia ser o fechamento de um ciclo e a concretização das políticas que estavam implementadas desde o início do mandato, penso eu, se tivesse alguma intervenção executiva seria assim que pensaria. Dizer ao Senhor Presidente da Câmara que com tristeza o Orçamento Participativo, essa ideia que foi lançada logo no primeiro ano do seu mandato caiu, e este Orçamento não foi aberto à população, se calhar bem porque todas as propostas que eram feitas nunca tiveram respaldo dentro do Orçamento, e portanto talvez por essa mesma razão foi suprimido, e se calhar por esse mesmo motivo não se encontre aqui aquilo que seria verdadeiramente importante, que era a luta contra o despovoamento, a reversão do desinvestimento público e do desinvestimento privado no concelho. Urge encontrar medidas que façam com que as pessoas fiquem no concelho, que não queiram sair, que não se sintam motivadas a procurar novas paragens, que queiram investir no concelho e que se sintam bem em Figueira de Castelo Rodrigo. Infelizmente, eu não vejo essa preocupação, vejo sim e bem, esse paradigma do cuidar das pessoas e da preocupação com os outros, acho muito bem e penso que deve estar patente no Orçamento mas deve ser apimentado com outras realidades, porque senão acabamos por cuidar das pessoas até que o concelho acabe por ficar sem ninguém, ou seja, vamos cuidar uns dos outros, mas Figueira de Castelo Rodrigo não é nenhum Lar de Idosos e tem que ter outras soluções para além de cuidar das pessoas. Vamos cuidar bem das pessoas, mas devemos trazer pessoas ao concelho e impedir que elas saiam, de forma a que aqui criem

riqueza, criem os seus filhos, criem novas oportunidades para os outros, que é o que faz falta no nosso concelho. Dizer que da análise dos números aqui apresentados denoto algumas incongruências, pois o Senhor Presidente da Câmara disse que ia a ser um ano em que ia isentar os munícipes de uma série de tributos, e depois é-nos apresentado um quadro em que diz que o Município vai aumentar os seus impostos diretos em 10%, e portanto há aqui uma incongruência que não se compreende, assim como fala numa inversão do tal novo paradigma, da inversão das prioridades investimento e da despesa, e eu observo que há um aumento da despesa com pessoal de 11% e da aquisição de bens e serviços em 20%, o que dá 1.5 milhões de euros aqui à cabeça, o que vai exatamente contra aquilo que foi dito ao início que era um recentrar de prioridades que não este, porque 1.5 milhões e 10 milhões são de grosso modo 20% do Orçamento, o que é uma fatia importante do Orçamento que está aqui presa a uma realidade que não vai no sentido de encontrar soluções para o concelho. Neste sentido dizer que não obstante isso, desde o início do mandato do Senhor Presidente da Câmara, que nunca recebeu um voto contra em nenhum Orçamento da Bancada do Partido Social Democrata, e hoje mais uma vez será assim não votaremos contra, Senhor Presidente um voto de confiança, no sentido de empreender pelo caminho que irá escolher como aquele que quer para o nosso concelho, não obstante não concordar com ele como há pouco disse. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Penso que este Orçamento vem na linha daquilo que prometemos ao eleitorado, realmente é cuidar das pessoas mas não é só isso, é apoiar os agricultores, pois acho que ninguém se esqueceu deles, um apoio à natalidade, uma vez que se mantém neste concelho, apoio às Associações, pois penso que estas e as IPSS'S neste concelho, tem sido auxiliadas provavelmente como nunca foram por nenhum outro executivo, as Juntas de Freguesia na minha opinião, quer sejam do Partido Social Democrata sejam do Partido Socialista são apoiadas tanto umas como outras, provavelmente e até me atreveria a dizer que as Juntas de Freguesia do Partido Social Democrata já receberam equiparadamente mais dinheiro que muitas do Partido Socialista, e portanto é aquilo que costumo dizer, penso que esta Câmara Municipal tenta tratar todos por igual, mas é provável que às vezes também não se consiga, porque nem todos somos iguais e às vezes também falham. Na questão dos impostos, penso que realmente esta Câmara Municipal, reduziu praticamente todos os impostos para o mínimo que é possível, não sei se estarei enganado ou se é mesmo assim, e portanto se estiver enganado, e como eu costumo dizer que não sou o dono da verdade, que me digam que é mentira o que estou a dizer. Assim, penso que é o Orçamento que realmente vai na linha daquilo que prometemos, é a minha opinião, é claro, ou seja, é cuidar das pessoas mas também é cuidar do resto, para tentarmos fazer com que as pessoas possam continuar a ficar em Figueira de Castelo Rodrigo, porque às vezes esta situação de que as pessoas terão que ir embora, eu começo-me a questionar, o que é que encerrou em Figueira de Castelo Rodrigo depois de esta Câmara Municipal ser poder? Acho que as empresas são as mesmas, e provavelmente até teremos mais algumas, logo é sinal que afinal este Orçamento é para servir as pessoas, é para servir as empresas, é para servir as Juntas de Freguesia e as IPSS'S. Acho que não restam dúvidas a ninguém, pelo menos a mim não."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhores Deputados, mais intervenções? Não havendo vou eu próprio usar da palavra para fazer algumas considerações em relação a esta matéria, e assim sendo vou falar do palanque. Se há Assembleia Municipal que eu sempre gostei desde 1997 de participar, é na Assembleia que se discute os Orçamentos, as Grandes Opções do Plano e documentos afins, por uma razão simples, porque todos nós percebemos que o Orçamento é um instrumento previsional seja no Município seja no Governo e fundamental para as populações. Portanto o Orçamento de facto é aquele documento, que nós devemos perder algum tempo para analisar com muito cuidado, e o Orçamento dá-nos mensagens, traduz opções, qualquer Orçamento seja de que executivo for, seja de que Governo for, seja em França, seja em Inglaterra, seja onde for, até o do Senhor Trump, com certeza que vai-nos dizer que Opções é que ele vai implementar. Um Orçamento diz-nos isso, diz-nos qual é o caminho, quais são as instruções, políticas-autárquicas que vamos seguir. Nós hoje, estamos comemorar a nível nacional, um primeiro ano de um Governo dito da «geringonça», mas é evidente este nome que correu, que existe e que é uma espécie de marca, vamos mantê-lo, mas este Governo fez uma coisa que se está a provar e que ninguém já quase discute, e o Senhor Presidente da República valida, atesta que é, marcou uma solução alternativa, e está a provar ao fim de um ano que é possível haver soluções alternativas aquelas que existiam, aquilo que eu já uma vez aqui falei, os finas e os tias afinal é possível que haja alternativas, diziam que não havia, eram os finas, isto não alterna, não há alternativa a isto, só austeridade, austeridade e muita austeridade e diziam-nos que não havia alternativa, mas ao fim de um ano está-se a provar que é possível haver aumentos de rendimento, é possível controlar essas coisas dos défices esquisitas, é possível tudo isto, e hoje isto é assente, e o eleitorado a fazer fé nas sondagens que saíram hoje parece que também está a validar esta situação, pois as sondagens que saíram hoje dizem que parece que afinal está tudo de acordo, que a solução está a aprovar, e nós aqui em Figueira de Castelo Rodrigo e este Orçamento, prova que também há uma alternativa para o desenvolvimento local, porque se há uma coisa que o Poder Local ainda não conseguiu apesar de muito esforço que temos feito, este Poder Local nos territórios da periferia, ainda não conseguiu arranjar soluções que resolvam os problemas que o Senhor Deputado Luís Pereira falou, povoar, não deixar sair, haver emprego, é que até agora as soluções que o Poder Local foi produzindo, afinal que resultados é que tivemos? E este Orçamento ao contrário do que diz o Deputado Luís Pereira, é a concretização das políticas que este executivo, e que esta equipa e que este mandato se comprometeu com o eleitorado e está a prosseguir, e aquilo que nós prometemos e que este Orçamento concretiza como já vos vou demonstrar, era fazer de Figueira de Castelo Rodrigo um espaço de qualidade de vida, um espaço de qualidade de vida a três níveis: «-----
----- - Onde mereça a pena viver;-----
----- - Onde mereça a pena visitar;-----
-----e-----
----- - Onde mereça a pena investir;-----
-----Eram estes os três níveis que nos propusemos atacar:-----
----- Em primeiro lugar, um espaço de qualidade de vida onde mereça a pena viver, e aqui, meus amigos e meus queridos Deputados, este Orçamento é a prova de que estamos a apostar na qualidade de vida dos nossos cidadãos, pois olhem para as atividades mais relevantes do ano de 2017:-----

----- - Funções sociais, ensino e investimento 242.500,00 euros (duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos euros); -----

----- - Ação social, cuidar das pessoas, cartão de saúde, apoio aos idosos, projeto "Estou no Radar", e por aí fora, 602.000,00 euros (seiscentos e dois mil euros), e vamos somando, pois já vamos em 844.500,00 euros (oitocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos euros);-----

----- - Vamos continuando e vamos para a parte cultural, e na agenda cultural está previsto 342.000,00 euros (trezentos e quarenta e dois mil euros), e esta agenda cultural é uma agenda de qualidade, diversificada e diferente daquilo a que estávamos habituados, pois há aqui aspetos inovadores na agenda cultural, no sentido de dar qualidade aos nossos eventos culturais;-----

----- - Depois vamos para as atividades desportivas e de lazer cede 71.500,00 euros (setenta e um mil e quinhentos euros), ou seja, é mais de 1.000.000,00 euros (um milhão de euros), a elencamos qualidade de vida aos nossos cidadãos, e hoje ninguém discute que estamos a dar melhor qualidade de vida a quem vive cá, pelo menos estamos a dar o que é fundamental, que é dar acesso à saúde, a mobilidade das pessoas, pois nós não podemos esquecer que as pessoas estão distantes e precisam de mobilidade, precisam de estar ativas e de se sentirem bem, e por isso temos que continuar a apostar, e o próximo ano é de facto a maior concretização destas políticas de dar qualidade de vida e de merecer a pena viver em Figueira de Castelo Rodrigo.-----

----- Em segundo lugar, visitar, pois nós hoje vivemos tempos e confesso-vos que digo isto com muita tristeza, de populismo fáceis, parece que aparecem uns pivôs quaisquer, agora está na moda os diabos, também agora está na moda que no Governo havia uns diabos, que vinha aí uns diabos e que isto ia correr mal, mas parece que o diabo não aparece, mas às vezes parece que em Figueira de Castelo Rodrigo também há para aí uns diabinhos que pensam que isto tem que correr mal, o Cartão de Saúde tem que correr mal, tudo tem que correr mal, o Orçamento tem que correr mal, uns diabinhos que andam para aí e tal, mas os tempos do populismo a mim atormentam-me, porque há sempre alguém que nos vende ilusões, há sempre alguém que nos diz que afinal que este território vai ter empresas por todo o lado, meu Deus, tomáramos nós termos algumas pequenas e micro empresas, mas devagarinho, quanto mais disserem-nos que isto agora vai chover empresas de repente, vamos criar empregos de repente, pois isto é o populismo fácil, mas sabemos que desenvolver estes territórios não é assim, basta olhar para o passado, nunca foi assim, antes pelo contrário, pois o despovoamento nunca foi travado e continuaria se nós não encetássemos uma nova política de desenvolvimento, e por isso visitar é atrair pessoas, é gerar fluxos que é o que nós queremos, pois estes territórios precisam de atração para gerar fluxos, e gerar fluxos como é que se consegue? Valorizando os recursos que temos, requalificando os nossos espaços, dando o melhor ambiente aos nossos espaços, pondo os espaços ao serviço das populações e atrativos para quem nos visita, e vejam a quantidade de investimento que está feito nesta área, as requalificações que estão previstas e vou-vos dizer quais, e passam pela Avenida 25 de Abril, a requalificação da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, a requalificação do caminho de Almofala e da Vermiosa, a requalificação da zona da Barragem de Santa Maria de Aguiar, e estamos a falar de investimentos na ordem de mais de 500.000,00 euros (quinhentos mil euros), e portanto é imperativo requalificar, tornar o território mais atrativo, gerar eventos de qualidade, pois o que se passou em Castelo Rodrigo, há pessoas

que não querem olhar hoje para Castelo Rodrigo, Castelo Rodrigo ficam a saber que era a Aldeia Histórica com mais dinâmicas económicas de todas as Aldeias Históricas que temos, pois digam-me uma onde haja dois espaços de Turismo Rural, digam-me uma onde haja espaços de comércio fortíssimos, digam-me onde é que há uma Aldeia Histórica com uma dinâmica económica como há em Castelo Rodrigo, e isto não acontece de repente porque nós sabíamos que Castelo Rodrigo é bonita, mas dar dinâmica económica, valorizar aquela Aldeia e por as pessoas daquela Aldeia a ganhar dinheiro, isto consegue-se valorizando, consegue-se com eventos como a Batalha da Salgadela, que são eventos que nos reconciliam com a História mas ao mesmo tempo nos dão dimensão e nos tornam atrativos, e portanto visitar e tornar este território atrativo, gerar fluxos para as pessoas que nos visitem, e isto consegue-se com o que este Orçamento faz, requalificando e apostando numa agenda cultural de qualidade.-----

-----Em terceiro lugar, investir, pois este é que é o segredo é que investir, porque não há nenhum perguntem aos agentes económicos se querem investir no deserto, perguntem, a não ser que alguém tenha camelos, pois se calhar quem tiver camelos pode ir para o deserto fazer passeios de camelo, agora perguntem a alguém se querem investir no deserto, e esta é a dificuldade destes territórios da periferia, não têm fluxo, não têm gente, não têm povoamento e gera-se aqui um ciclo vicioso, e portanto tem de ser devagar, pois por exemplo o Centro de Inspeções, alguém sabe quantos carros por dia estão a ir ao Centro de Inspeções, algum dos Senhores Deputados sabe? Mais de trinta por dia. Há informações, e olha que nem eu conheço, e há lá um em Lisboa que abriu um há pouco tempo, que é ali em Monsanto ao pé de Pina Manique, e eu duvido que tenha esta dimensão de atração de utentes a esse Centro de Inspeções, pois é, trinta carros por dia. Foi um pequeno investimento, quer dizer, é um investimento, portanto aos poucos, devagarinho. E o que é que é preciso para os agentes virem a investir, as microempresas e as pequenas empresas? É necessário o que está neste Orçamento, isto é, sermos atrativos e competitivos em termos de fiscalidade, pois hoje a fiscalidade é um fator competitivo seja entre Nações, entre Estados e entre Municípios também, e esta nota, aquilo que eu e o Senhor Presidente já falámos, da fiscalidade zero nós temos que a divulgar, nós temos um território amigo do investimento porque temos fiscalidade zero, ou seja, vamos ter fiscalidade zero precisamente para possibilitar a atração dos investidores. O que é que precisávamos agora? Precisamos aqui de uma ajudazinha do Governo, precisamos e já falámos nisso, e penso que no outro dia o Senhor Presidente falou nisso aos Senhores Deputados, pois quando ouvimos pela primeira e falámos no estatuto para as regiões periféricas continentais, claro que o Partido Social Democrata já sei que tem um estatuto também para os territórios de baixa densidade, só que esta coisa da baixa densidade não existe, isto é dizer que não se faz nada porque quando se cria muita escala alguém fica prejudicado, não vale a pena, nós temos é que arranjar diferenciações e temos que ir onde é urgente, porque se nos veem dizer que vamos tratar todos, eu não acredito, pois se temos cem para distribuir por um bolo de duzentos alguém recebe pouco ou nada, agora se temos estatutos de territórios periféricos com urgência nós conseguimos que esses tenham alguma coisa, tenham alguma receita, tenham algum investimento. Então é o que precisaríamos aqui e que vamos bater-nos por isso. Nós precisamos de um estatuto para as micro e pequenas empresas, e este estatuto não é como eu já ouvi nalguns fóruns, não tem a ver só com

a descida da taxa de IRC, não tem a ver com as obrigações a que estas empresas estão obrigadas, as obrigações acessórias fiscais e aí é que temos que atacar, nos pagamentos por conta, entre outros, ou seja, todo um conjunto de condições fiscais que estas micro e pequenas empresas nestes territórios não podem ter, e isto também é o que nos falta, e portanto se o Governo nos der uma aqui ajudazinha e criar um estatuto para as micro e pequenas empresas em territórios como ao nosso, em territórios periféricos, vamos ser mais atrativos, e depois precisamos de outra coisa, que aquele programa que foi anunciado pelo Governo da Coesão Territorial, também era necessário que Governo desse aqui uma ajuda, e nós aqui vamos fazer o trabalho de casa e estamos a fazer com o Senhor Presidente e com o executivo, estamos a apresentar um conjunto de medidas, dessas cento e quarenta que foram apresentadas, nós vamos reivindicar algumas delas aqui para o nosso território, estamos a preparar o caderno de encargos que vamos apresentar, que é para depois não nos dizerem que afinal vocês não apresentaram nada, vamos apresentar um caderno de encargos ao Governo daquelas cento e quarenta medidas, quais são aquelas que achamos que devem vir para este território. Portanto, um território de qualidade onde mereça a pena viver, visitar e investir.»-----

-----É isto que este Orçamento faz, este Orçamento possibilita e vai continuar a possibilitar a concretização deste novo projeto de desenvolvimento em que estamos apostados, pois nós estamos convencidos que é possível sairmos deste ciclo de despovoamento, pois com o território atrativo, com políticas sociais atrativas nós podemos fazer Marketing Territorial, e penso que não digo aqui nenhuma inconfidência Senhor Presidente, se disser que para o ano vamos vender este nosso território a França onde estão os nossos emigrantes, e vamos dizer que este território está diferente, este território tem políticas sociais, tem políticas de saúde, é um território atrativo onde de facto mereça a pena viver e regressar, e ainda por cima com os instrumentos financeiros que temos ao nosso dispor, como é o estatuto de residente não habitual, nós pensamos que podemos e estamos em condições agora ao fim de três anos, de fazer Marketing Territorial e vender o nosso território a quem quiser regressar. Uma palavrinha, porque andavam aí também pessoas preocupadas com as despesas das Assembleias Municipais Extraordinárias, disseram-me que havia aí uma preocupação que a Assembleia Municipal andava a fazer muitas Sessões Extraordinárias, isto à falta de melhor, está aqui um tema digno de debate, mas é só para vos dizer que o Orçamento da Assembleia Municipal apenas prevê uns módicos 19.500,00 euros (dezanove mil e quinhentos euros), isto é de tremer, pois quem está preocupado com as despesas da Assembleia Municipal, acho que fica preocupado com este volume financeiro que vamos gastar no próximo ano, e portanto Senhores Deputados tenham calma, se quiserem alguns podem não vir que fica mais barato a Assembleia, mas não, acho que devem vir, e mais, vamos fazer todas as Sessões Extraordinárias que seja fundamental fazer, e em que a ordem de trabalhos seja de urgência, como temos feito neste três anos de mandato. Para terminar eu diria assim, eu não queria deixar de referir que apesar de tudo e que depois destas políticas autárquicas sociais com este envelope financeiro, também a transferência, as chamadas transferência entre administrações, se vocês olharem para ela têm um volume financeiro de 750.000,00 euros (setecentos e cinquenta mil euros) e aqui estão as Freguesias, e para estas estamos a falar de um envelope financeiro de mais de 400.000,00 euros (quatrocentos mil euros), pois como disse o Senhor Deputado José Mano, e bem, esta é uma aposta

também que continua a ser feita, e as Freguesias podem ir preparando o seu plano de trabalhos, porque há aqui dinheiro para apostar também nas dinâmicas económico-sociais das vossas Freguesias. Em penúltimo lugar fazer referencia ainda a dois ou três projetos de investimento, as chamadas Despesas de Capital. Vejam que as Despesas de Capital tem um volume, para quem dizia que não havia investimento que era o caso do Senhor Deputado Luís Pereira, pois se for ver as Despesas de Investimento, portanto a aquisição de Bens de Capital, estamos a falar de 3.570,000,00 euros (três milhões quinhentos e setenta mil euros), mas isto não é uma obra qualquer, é uma obra também a pensar nas pessoas e na qualidade de vidas pessoas, mas também a pensar na atratividade do território. Dou-vos exemplos, o Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, é um investimento fundamental naquela política de atrair, de visitar, é um instrumento fundamental e é um fator de competitividade deste território. Como falou o Senhor Presidente também, o Centro de Ciência Aberta e Observatório de Astronomia, que claro ainda não foi apresentado, mas com certeza será a seu tempo, mas ficam a saber que este é talvez dos projetos mais ambiciosos e mais inovadores e que nos vai dar uma competitividade em relação aos outros territórios enorme, primeiro está protagonizado pelo astrofísico Pedro Russo, um figueirense galardoado em vários projetos europeus, e depois vamos ter para os nossos jovens, vão ter uma qualificação adicional que lhes dá uma competitividade enorme, e é assim que se começa, porque nós temos que ter um território competitivo mas também com os nossos jovens formados, com conhecimento e que lhes dê instrumento de competitividade na sua vida e na sua progressão de vida, e portanto isto é fundamental também para a inovação e a competitividade deste território. Depois ainda o Centro de Dia, a pensar nas pessoas que também está previsto neste Investimento, a requalificação da Barragem de Santa Maria de Aguiar, a aposta na Habitação Social, a construção do Reservatório de Abastecimento Público da Reigada, que é um investimento importante que é para não terem água intermitente. Portanto os Investimentos, e estes 3.500,000,00 euros (três milhões e quinhentos mil euros) de Investimento, e espero que as empresas locais ganhem estes concursos para terem trabalho e haver emprego, mas são investimentos a pensar também nas pessoas, a pensar na qualidade de vida das pessoas e nas suas necessidades, e é para isso que serve a despesa pública, pois a boa despesa pública é aquela que é feita a pensar nas pessoas e na utilização dos equipamentos pelas pessoas. Neste sentido terminaria dizendo, que ao contrário de outros momentos em que eu criticava os Orçamentos, e dizia que eram os Orçamentos do betão, alcatrão e pouca imaginação, eu digo que este Orçamento é um Orçamento amigo das pessoas, amigo do investimento, e é um Orçamento amigo do desenvolvimento. Muito obrigado. Intervenções? Não havendo mais nenhuma intervenção vou colocar à votação o Orçamento. Colocado à votação o Orçamento foi aprovado por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Maria da Conceição Laviados Aguiar, José Barreira dos Santos, Luís Ricardo Beato Pereira, José Maria do Alferes Matias, António Manuel Saraiva Gonçalves e Bruno Miguel Aguiar Silva. Colocado à votação as Grandes Opções do Plano foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Colocado à votação o Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. -----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 487/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Candidatura “Remodelação/Adaptação da Escola EB2 a Centro Escolar de Figueira de Castelo Rodrigo” – Aprovação do projeto.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “O Senhor Presidente tem a palavra para apresentação.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Como sabem e aliás já foi submetida esta candidatura da Remodelação/Adaptação da Escola EB2 a Centro Escolar de Figueira de Castelo Rodrigo, e portanto isto ao abrigo de uma candidatura que está aberta no âmbito da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Essa candidatura tem um valor de obra de 1.224.300,00 euros (um milhão duzentos e vinte e quatro mil e trezentos euros), e mostra-se aqui necessário a autorização para a assunção destes compromissos plurianuais por parte da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, e portanto tem que ser aprovados em termos de Assembleia Municipal, e como esta obra naturalmente vai ultrapassar mais de que um exercício económico é necessário fazer esta aprovação. Assim propõem-se, ao órgão que delibere no sentido de autorizar a assunção destes compromissos plurianuais à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea b) do n.º1 do artigo 33.º do respetivo diploma.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Presidente. Alguma intervenção sobre esta matéria? Não havendo vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 492/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Freguesia de Castelo Rodrigo – Execução do muro envolvente de Castelo Rodrigo.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o contrato.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “A Freguesia de Castelo Rodrigo pretende realizar e executar um muro envolvente em Castelo Rodrigo com 288 metros lineares, muro esse que é importantíssimo por causa da segurança naquela zona que vai delimitar, até porque tanto quanto nos foi dito já caíram lá algumas pessoas nessa zona, a qual é extremamente arriscada pois as pessoas abeiram-se muito da extremidade e acabaram por cair, e só não houve situações mais graves porque felizmente por sorte tal não tinha que acontecer. Foi-nos solicitado aqui um apoio financeiro por parte da Freguesia de Castelo Rodrigo, no sentido de resolver esta situação de segurança e também aqui há a tal corresponsabilização e a tal colaboração que é necessária por parte do Município, em relação às Freguesias. À semelhança do que tem acontecido com outros pedidos, também nós aqui entendemos que esta necessidade é urgente resolver, e que esta situação do muro é efetivamente uma necessidade imperiosa. O muro terá um valor de 19.500,00 euros (dezanove mil e quinhentos euros), pois era este o valor do financiamento solicitado, e portanto propõem-se aqui que seja autorizado a celebração deste Contrato-Programa e naturalmente a Participação Financeira com a Freguesia de Castelo Rodrigo, no sentido de se lhe disponibilizar esta verba e a aprovação da minuta em anexo, e a consequente submissão à Assembleia Municipal para o efeito, tudo nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais).”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguma intervenção? Não havendo e antes que caia o muro, vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.7. Apreciação e Discussão da Proposta n.º 493/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Freguesia de Castelo Rodrigo – Remodelação da envolvente na Fonte Romana.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Tem a palavra o Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “A Freguesia de Castelo Rodrigo tendo em conta o elevado fluxo de pessoas, de turistas e visitantes que se deslocam constantemente e principalmente aos fins de semana à Fonte Romana, conhecida como a Fonte da Vila, entende que era necessário dar alguma dignidade e melhorar a envolvente à respetiva Fonte Romana, e portanto veio-nos aqui também naturalmente solicitar um apoio financeiro para que conseguisse a concretização dessa empreitada, que é necessária para dar a tal dignidade à envolvente da Fonte Romana, e portanto ao abrigo dessa nossa colaboração e corresponsabilização que temos para com as Freguesias, naturalmente entendemos que esta obra também é essencial tendo em conta o elevado fluxo de visitantes e de pessoas, turistas que visitam a respetiva Fonte, e se ela for recuperada provavelmente também será outro ponto de interesse ou pelo menos com mais visitaçã futura, e penso que é importante também apoiar a Freguesia na concretização desta obra. Assim também propõem-se que seja autorizada a celebração do Contrato de Colaboração e a respetiva Participação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e Freguesia de Castelo Rodrigo, e a aprovação da minuta em anexo e a consequente submissão à Assembleia Municipal para o efeito, tudo nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais).”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 496/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Seguro de Saúde “Figueira Saudável” – Assunção de Compromissos Plurianuais.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Aqui também tem a ver com a assunção dos tais compromissos plurianuais, pois como sabem o Seguro de Saúde começou agora mas prolonga-se até 2017, e uma parte de 94.966,67 euros (noventa e quatro mil novecentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), já foi paga aquando da assinatura do respetivo contrato, mas há duas tranches que serão pagas em 2017, e para tal torna-se necessária a autorização por parte da Assembleia Municipal para a assunção dos tais compromissos plurianuais, conforme o tal disposto na Lei

n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugado com o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, e assim propõem-se ao ilustre órgão ao abrigo no disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a deliberação no sentido de pedir autorização da assunção destes compromissos plurianuais à Assembleia Municipal, com efeitos retroativos à data da adjudicação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Há alguma intervenção sobre esta matéria? Não havendo vamos votar esta proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Dava antes de encerrar a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva."-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** "Por lapso não foi referenciada uma comunicação, portanto um convite da Junta de Freguesia de Alvalade, em Lisboa, em que vão promover novamente o Mercado de Natal na Avenida da Igreja, e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo foi mais uma vez convidado, no âmbito daquele Protocolo Solidariedade entre o Litoral/Interior, em que estão a ser contactados os produtores e as entidades que costumam participar nas feiras e eventos, nomeadamente os engarrafadores de vinho e todos os outros produtores para estarem presentes neste Mercado, que tem tido um grande sucesso e ao que parece tem trazido alguns proventos aqueles promotores que se disponibilizam a estar presentes. A Câmara Municipal vai disponibilizar funcionários no âmbito do turismo à semelhança do que aqui tem feito, para acompanhar as vendas e a promoção desses produtos. Assim, os produtores que desejarem estar presentes também poderão de facto acompanhar as vendas e as demonstrações que entenderem fazer dos produtos que coloquem à disposição, para que o Município lhes faça a promoção e a venda. Portanto estamos todos convidados, se eventualmente passarmos ou quisermos visitar o Mercado seria de bom-tom, uma vez que a Junta de Freguesia de Alvalade tem sido um grande divulgador do Borrego da Marofa, deslocando-se a este concelho com embaixadas de sessenta e de mais pessoas para participarem nestes eventos, daí que haveria toda a conveniência e interesse também, de a Câmara Municipal arranjar uma forma de num dia levar lá os munícipes. Este Mercado de Natal vai-se realizar entre os dias 10 a 18 de dezembro de 2016, e ver da disponibilidade, não sei, estou a lançar um repto ao Senhor Presidente da Câmara, não sei se suportará os encargos, ou pelo menos acompanharmos; não sei até que dia é que estão a pedir a confirmação da presença no Mercado, mas seria de alargar mais uns dias para que os produtores que já foram contactados para que respondessem ao repto que o Município recebeu daquela Junta de Freguesia. Ao que parece este ano o stand estará colocada num melhor sítio, pois nos outros anos tem ficado ali perto da estátua do Santo António à saída do Metro, e este ano vai ficar mais próximo da Igreja de S. João de Brito, diminuindo a extensão do espaço de feira por forma a que haja uma concentração maior. Na página do Município está já a divulgação de todo o programa do Mercado de Natal, e que seria importante estarmos presentes, também à semelhança do que tem sido nos outros anos, mas muito bem representados vamos estar, porque as pessoas que a Câmara Municipal tem feito acompanhar este evento têm promovido o Município com muita qualidade, muita responsabilidade e muita simpatia o que também acabam por vender, a simpatia, e daí o nosso apreço aos trabalhadores do Município de Figueira de Castelo Rodrigo que tem montado e acompanhado a Feira."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Só neste âmbito, portanto nós também vamos fazer chegar um ofício direcionado e personalizado a todos aqueles que fazem parte da Associação dos Amigos e Naturais do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, no sentido de duas notas especiais, em primeiro lugar de que estaremos no Mercado de Alvalade em representação do Município, e que também já se encontra disponível ao abrigo do Cegonha Móbil, a possibilidade de virem nas sextas-feiras comodamente no comboio e haverá um transporte para os transportar para Figueira de Castelo Rodrigo, permanecerem cá o fim-de-semana e ao final da tarde de domingo regressarem aos seus destinos. Penso que isto é importante, porque é uma forma também de criar aqui esta dinâmica e a tal mobilidade de que falava o Senhor Presidente da Assembleia, penso que é importante salientar isso e portanto daremos conta desta situação também aos Amigos e Naturais do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Antes de encerrarmos, no mês de dezembro, eu penso que a Assembleia Municipal ainda tem uma verbazinha e vamos fazer uma Assembleia Extraordinária e podem pôr no Facebook, porque vamos ter que discutir o empréstimo municipal que foi hoje decidido no executivo da câmara, e isto tem que vir à Assembleia Municipal, e vamos aproveitar essa Sessão seguida de então do nosso Jantar de Natal, acho que ainda há uma verba, nós estamos a gastar muito mas com cuidado a gente vai lá, e não vamos deixar de fazer esse Jantar de Natal e de conviver com amizade como deve ser, apesar das divergências. Muito obrigado e então até à próxima."-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezoito horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----